



**MOÇÃO
SECTORIAL
CONGRESSO JSD
“MENOS ESTADO,
MAIS INICIATIVA
PRIVADA”**

23 DE MARÇO DE 2018



Introdução

Na sequência do 25 de Abril de 1974, o sector público assumiu um papel preponderante na economia portuguesa.

No plano social, o Estado adotou um papel decisivo na protecção social dos cidadãos, sendo esta postura estimulada pela ampliação do espectro de direitos sociais e, conseqüente, aumento da pressão social para mais intervenção estatal.

Paralelamente, assistamos a nacionalizações de várias empresas estruturantes da economia nacional, sendo que apesar das mesmas terem sido revertidas, os seus efeitos negativos ainda pesam sobre o país.

Além disso, o Estado avançou com investimentos públicos ruinosos, cujos exemplos paradigmáticos, foram a Expo 98, os estádios de futebol construídos para o Euro 2004, as “SCUTS”, a megalomania das obras da “Parque Escolar”, etc.

No que concerne ao crescimento exponencial do Estado social, cumpre referir que aquando da sua criação teve um objectivo positivo (apoiar os mais desfavorecidos nas fases mais difíceis das suas vidas), mas que fruto de uma visão política errada, se transformou num instrumento de multiplicação de subsídios, que desincentivaram o trabalho, que deve assumir-se como o motor primordial da ascensão social.

Este cenário originou o descontrolo total das contas públicas, o que provocou a quase bancarrota financeira do Estado por 3 vezes desde 1974 e, nos impõe uma pesada factura de impostos para pagar no futuro.

Neste contexto, os crónicos *deficits* orçamentais resultam de uma visão segundo a qual o Estado deve ser o motor da economia.

Com efeito, alguns governantes acreditam que os problemas do país se resolvem com uma maior intervenção estatal na economia e, como tal, para financiar essa intervenção, fazem uso de uma multiplicidade de impostos.

Ora, a carga fiscal elevada desencoraja o investimento privado, o investimento estrangeiro e a criação de empregos, reduzindo o potencial de crescimento da nossa economia.



Este paradigma de Estado coarctou a responsabilidade nos seus vários aspectos, fomentando a irresponsabilidade, a dependência e os interesses económicos dos burocratas governamentais, que têm o seu expoente máximo na panóplia de institutos públicos, empresas municipais e empresas públicas que foram sendo criadas em Portugal.

O Estado envolveu-se nos mais variados sectores e, tem descurado as suas funções primordiais (segurança, justiça e defesa), como recentemente assistimos com a catástrofe dos incêndios, em que o Estado falhou clamorosamente.

A Reforma do Estado

O nosso “Estado Social” caracteriza-se por um profundo afastamento entre o Estado e a sociedade civil, que tem impedido uma reforma do sistema no sentido de delegar o papel central à sociedade civil.

Entendemos que a sociedade civil, consubstanciada no sector privado e no sector social, pode desempenhar o papel principal na área na educação, da saúde e da solidariedade social.

Se o sector privado consegue prestar os mesmos serviços de educação ou saúde garantidos actualmente pelo Estado, com um custo inferior para os contribuintes, não é aceitável manter este sistema apenas devido ao preconceito ideológico do lado esquerdo do espectro político.

O mais importante não é quem presta os serviços de educação ou saúde, mas sim o custo/qualidade desses serviços para os cidadãos.

A reforma que defendemos não tem um carácter meramente económico, dado que se baseia no respeito pela propriedade privada e na ideia de que o Estado está ao serviço da pessoa humana.

O investimento privado é um factor decisivo para promover o crescimento económico, a criação de emprego e conseqüentemente gerar bem-estar social e a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Consideramos, por isso, que a JSD pode ser o baluarte da defesa de um novo modelo económico para o Estado Português, que respeite os contribuintes, seja um factor de



promoção do investimento privado e contribua para reduzir a elevada taxa de desemprego jovem.

É necessário a JSD honrar as palavras do fundador do PPD/PSD, Francisco Sá Carneiro, que em 1978 afirmou "Não há futuro económico e social possível quando o problema principal não é o excesso de consumo privado, com o que nos querem convencer, mas o excesso de consumo público, a monstruosidade das despesas públicas".

Conclusão

O peso actual do Estado na economia portuguesa é insustentável, originando impostos altos e dívida pública.

O Estado condena as gerações mais jovens a um modelo económico que não tiveram hipótese de recusar.

Continuar a impor este sistema que nos levou à bancarrota por 3 vezes desde 1974, é um erro injustificável.

Só um Estado disciplinado e dimensionado às funções essenciais, garante a defesa do interesse público e não se deixa capturar por interesses promíscuos.

Em suma, a JSD deve apresentar propostas claras e concretas para o Estado reduzir significativamente a despesa pública, pois esta é a única hipótese que permitirá simplificar o nosso sistema fiscal, torná-lo mais justo, baixando os impostos para as famílias e empresas e, finalmente abrir um ciclo de crescimento económico sustentado e duradouro.